

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL

Marcelo Santos Chaves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

modelo.doma@gmail.com

RESUMO

Estudos recentes apontam que 4 em cada 10 brasileiros declaram gastar toda sua renda mensal sem nada poupar. Da mesma maneira, indicadores apontam para crítica realidade de que 85% dos consumidores brasileiros declaram-se consumidores compulsivos. Diante deste cenário de desequilíbrio no que tange hábitos e práticas na tomada de decisões econômico-financeiras do dia a dia, seria a Educação Financeira um fenômeno capaz de mitigar os efeitos de tal desequilíbrio? Caberia ao Estado brasileiro a adoção de medidas eficientes em busca de resultados que reflitam a efetiva inserção desta prática educativa no ambiente escolar do país? É sob a égide desta problemática que dissertaremos no presente, objetivando um exercício crítico e reflexivo em relação ao atual estágio do padrão de consumo no Brasil, bem como a apresentação de uma tecnologia social capaz de mitigar possíveis distorções neste padrão. Para tal, fundamentaremos nossas considerações em Sant'anna *et al.*, (2009); Soares *et al.*, (2008); Lima & Ayala (2012); Kern (2009); Muniz (2010); Nazário *et al.*, (2008); Stephani (2005), de forma a permitir-nos da o suporte teórico adequado ao presente trabalho.

Palavra-Chave: Inadimplência – Educação Financeira – Desenvolvimento

RESUMEN

Estudios recientes indican que 4 de cada 10 Estado brasileño gasta todo su ingreso mensual con nada salvo. Del mismo modo, los indicadores apuntan a criticar la realidad de que el 85% de los consumidores brasileños dicen que son consumidores compulsivos. Ante este escenario desequilibrio en los hábitos y prácticas en la toma de decisiones cotidianas económicas y financieras a día, sería la educación financiera en un fenómeno capaz de mitigar los efectos de tal desequilibrio? Correspondería al Estado brasileño la adopción de medidas eficaces en los resultados de búsqueda que reflejan la integración efectiva de esta práctica en el ambiente educativo de la escuela del país? Es en el marco de este problema que disertaremos en la actualidad, el objetivo de un ejercicio crítico y reflexivo en relación con el patrón de consumo actual de la etapa en Brasil, y la presentación de una tecnología social para mitigar las posibles distorsiones en la presente norma. Para ello, vamos a basar nuestras consideraciones at Sant'anna *et al.*, (2009); Soares *et al.*, (2008); Lima & Ayala (2012); Kern (2009); Muniz (2010); Nazário *et al.*, (2008); Stephani (2005), que nos permite el soporte teórico adecuado para este trabajo.

Palabra clave: Default - Educación Financiera - Desarrollo

ABSTRACT

Recent studies indicate that 4 out of 10 Brazilian state spend all your monthly income with nothing save. Similarly, indicators point to criticize reality that 85% of Brazilian consumers say they are compulsive consumers. Given this imbalance scenario regarding habits and practices in making economic and financial decisions day to day, would be the Financial Education a phenomenon able to mitigate the effects of such imbalance? It would be up to the Brazilian State to adopt effective measures in search results that reflect the effective integration of this practice in the school educational environment of the country? It is under the aegis of this problem that dissertaremos at present, aiming a critical and reflective exercise in relation to current consumption pattern of the stage in Brazil, and the presentation of a social technology to mitigate possible distortions in this standard. To this end, we will base our considerations at Sant'anna *et al.*, (2009); Soares *et al.*, (2008); Lima & Ayala (2012); Kern (2009); Muniz (2010); Nazário *et al.*, (2008); Stephani (2005), to allow us the proper theoretical support to this work.

Keyword: Default - Financial Education - Development

Introdução

Não é dúvida para ninguém o tripé econômico o qual o Estado brasileiro adotou nos últimos dez anos. Valorização do salário mínimo, expansão dos programas sociais de transferência de renda e ampliação na oferta de crédito. Sob tais pressupostos econômicos a economia do país galgo um virtuoso processo de ganho real do salário mínimo, chegando a marca de 13,53% em 2006. Em relação aos programas sociais de transferência de renda, o mesmo saltou de 5 milhões de famílias beneficiadas, para 13,8 milhões em 2013. Aliado a isto, soma-se a expressiva expansão do crédito que passou de 25% do PIB em 2002, para 55% em 2013.

A título de ilustração, vejamos qual a avaliação de Sant'anna *et al.* (2009) sobre a expansão do crédito no Brasil no período recente, *in verbs*:

O acesso ao crédito constitui-se em uma ferramenta fundamental para que indivíduos e empresas possam satisfazer sua capacidade produtiva e, com isso, estimular o crescimento econômico. No Brasil, o nível de crédito ainda é baixo se comparado ao de países desenvolvidos – como Estados Unidos, Japão e Alemanha – ou ao de países em desenvolvimento de crescimento rápido – como China, Malásia e Tailândia. No entanto, nota-se, entre 2004 e 2008, uma expansão do crédito no Brasil muito acima do desempenho do PIB (Sant'anna *et al.*, 2009, p. 168).

Em relação a expansão dos programas de transferência de renda, Soares *et al.* (2008) avalia que:

O Programa Bolsa Família (PBF) é a peça mais importante da iniciativa Fome Zero, o que quer dizer que tem como objetivo prover todos os brasileiros em risco de não ter o que comer com uma fonte de renda mínima e previsível para que possam garantir a compra de alimentos e outras necessidades (Soares *et al.*, 2008, p. 27).

Ante a este cenário de franco aquecimento no ambiente econômico brasileiro, como se comportou então o padrão de consumo do país? O que nos ilustra hoje os indicadores de endividamento da população do país? Na possibilidade de obtermos um cenário desfavorável nesta particularidade, qual seria o papel da Educação Financeira enquanto mitigador do analfabetismo financeiro? De que forma poderíamos idealizar uma possível proposta de intervenção desta ferramenta educativa na vida dos atuais e futuros consumidores brasileiros?

Neste contexto a pretensão central deste artigo é constituir um exercício crítico e reflexivo em relação ao atual estágio do padrão de consumo no Brasil, bem como a apresentação de uma tecnologia social capaz de mitigar possíveis distorções no mesmo. E para atingir tal objetivo fez-se uso, como recurso metodológico, a revisão bibliográfica, constituída a partir de reflexões postuladas em literaturas especializadas e artigos científicos já difundidos em meio eletrônico e virtual, onde o presente juízo teve como fundamento básico autores como Sant'anna *et al.* (2009); Soares *et al.*, (2008); Lima & Ayala (2012); Kern (2009); Muniz (2010); Nazário *et al.*, (2008); Stephani (2005).

Desenvolvimento

Diante dos pressupostos de crescimento econômico adotado pelo Estado brasileiro, observa-se que o paradigma econômico dominante tem por perspectiva o crescimento econômico a partir do estímulo ao consumo. Pelos indicadores apontados até então resta óbvio o certo na adoção de tal modelo, porém, como todo e qualquer modelo econômico, o mesmo produziu externalidades que virtualmente possam vir a colaborar para um resfriamento do crescimento econômico ora pretendido. E dentre eles chamamos atenção para a ascensão da taxa de inadimplência acumulada desde 1999 (ano do ajuste econômico) a 2013, que chegou ao percentual de 322,4%, segundo dados do *Serasa Experian*.

Variação da inadimplência do consumidor desde dezembro de 1999

Ano	Indicador - variação acumulada anual	Variação tomando dezembro de 1999 como unidade	Inadimplência acumulada desde dezembro de 1999
1999		1,000	0,0%
2000	8,8%	1,088	8,8%
2001	35,7%	1,476	47,6%
2002	24,7%	1,841	84,1%
2003	5,0%	1,933	93,3%
2004	3,1%	1,993	99,3%
2005	13,5%	2,262	126,2%
2006	10,3%	2,495	149,5%
2007	1,7%	2,538	153,8%
2008	8,0%	2,741	174,1%
2009	5,9%	2,902	190,2%
2010	6,3%	3,085	208,5%
2011	21,5%	3,748	274,8%
2012	15,0%	4,311	331,1%
2013	-2,0%	4,224	322,4%

Fonte: Serasa Experian

Tal fato pode ser justificado em função de 85% dos consumidores brasileiros efetuarem compras movidos pelo impulso, além disso, 4 em cada 10 consumidores brasileiros gastarem tudo o que ganham mensalmente sem conseguir poupar, segundo pesquisa publicada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em 2013. Desta feita, cabe pontuar o alerta de Lima & Ayala (2012), onde ambos inferem que:

Sem dúvida, a conscientização da população, e a modificação de condutas estabelecendo um novo modelo de consumo, o consumo consciente constitui ferramenta indispensável para o desenvolvimento sustentável, para a tutela efetiva do meio ambiente e logicamente também para que o Brasil ocupe um lugar de destaque como país que possui uma política séria que amalgama crescimento, progresso e sustentabilidade (...) (Lima & Ayala, 2012, p. 186).

Diante do exposto, acreditamos que, todo e qualquer iniciativa que ambicione a busca por um desenvolvimento sustentável deve passar pela expansão educacional do individuo enquanto sujeito social, de tal forma que possa fundar no mesmo princípios e valores sustentáveis, hábeis a manter consonância e harmonia com as deliberações macroeconômicas (crescimento econômico via consumo) dominantes que venham a influenciar em seu dia a dia.

Ante a todos os indicadores aqui discorridos, restou claro até então a necessidade de se debater e discutir a temática “Educação Financeira” enquanto tecnologia social promotora de um desenvolvimento sustentável, capaz de contribuir para mitigação das taxas de inadimplência atual do Brasil, através de sua efetiva inclusão, no ensino fundamental e médio, enquanto disciplina ensinável, ambicionando inculcar nas praticas e hábitos dos consumidores brasileiros do amanhã uma perspectiva autônoma, critica, reflexiva e sustentável de consumo.

Contudo, inferimos que educar financeiramente uma dada comunidade estudantil vai para muito além da simplória prática de ensinarmos fórmulas e técnicas de Matemática Financeira. Compreendemos que tais praticas possuem sim sua relevância em um dado momento, porém não são suficientes para esgotar a temática Educação Financeira enquanto objeto de ensino. Nesta esteira, Muniz

(2010) discorre sobre as diversas formas de abordagem desta temática, inferindo que:

Aprender matemática para compreender as situações financeiras; entender o comportamento do dinheiro no tempo; organizar conscientemente suas finanças (futuras) pessoais; discutir matematicamente o uso consciente do crédito; entender temas de economia como PIB, inflação e seus diferentes índices, IOF, IR dentre outros; aprender, interligar e utilizar matemática financeira nas questões geoeconômicas já abordadas, porém não interligadas, nas aulas de geografia; compreender os principais sistemas de financiamentos (PRICE e SAC), utilizando inclusive os recursos tecnológicos amplamente disponíveis, como planilhas eletrônicas e calculadoras científicas; refletir e analisar matematicamente o aumento da expectativa de vida do brasileiro e seus impactos na economia nacional, incluindo sua própria aposentadoria, seguros em geral e previdência complementar; discutir e analisar quantitativa e qualitativamente os impactos de problemas geopolíticos e sociais nas economias de uma região, levando-se em consideração a viabilidade das ferramentas matemáticas estudadas, dentre outros. (MUNIZ, 2010, p. 2).

Reconhecemos que, de maneira tradicional, a Educação Financeira está ainda atrelada ao acúmulo ou gasto planejado dos rendimentos. Este é apresentado como um elemento central, porém, sem discussões no que tange as implicações que a poupança e o investimento podem provocar no modo de vida do indivíduo, das famílias e da sociedade. Partindo da preocupação com as práticas e hábitos dos indivíduos, a Educação Financeira refere-se ao planejamento pela expectativa de um consumo crítico, reflexivo e consciente. É desta maneira a Educação Financeira se conecta ao combate a inadimplência e ao desafio da sustentabilidade.

A inserção da temática Educação Financeira na escola não deve ser limitada a disciplina de matemática, e sim abordada de maneira interdisciplinar. Nesta perspectiva, Kern (2009) compreende que, utilizar a Educação Financeira por meio de um método interdisciplinar seria uma opção relevante, uma vez que o tema demanda uma percepção com atenção das demais disciplinas e não somente o olhar matemático. Neste sentido cabe as pontificações Stephani (2005) ao concluir que a Educação Financeira apresenta-se como um mecanismo capaz de ligar as diversas áreas do conhecimento, de maneira a fazer com que trabalhem juntas e a partir daí

constituam na epistemologia do aluno considerações capazes de instrumentalizá-lo para a construção de sua autonomia. Contudo, Nazario *et al.* (2011) revela que:

Infelizmente nas escolas de nosso país, especialmente na rede pública de ensino, há uma grande defasagem no ensino da Educação Financeira, porém é de grande relevância que esse tema seja amplamente discutido na escola, desde as séries iniciais, e pode-se dizer de uma forma mais aplicada ao Ensino Médio, visto que esses alunos já estão saindo para o mercado de trabalho, e muitos deles já trabalham e precisam aprender a administrar melhor o que ganham, seja seu salário, ou até mesmo a mesada que recebem dos pais. (Nazario *et al.*, 2011, p. 05).

Kern (2009) destaca bem esta deficiência sobre a ausência de ensino da Educação Financeira nas escolas ao perceber que nos currículos, tem-se diversos conteúdos que devemos ensinar aos jovens, porém, pouquíssimas escolas consideram em seus planos de estudo a temática Educação Financeira. A escola necessita inserir em sua prática de ensino temáticas que auxiliem o futuro consumidor a avaliar e gerenciar as necessidades do dia a dia.

Nesse sentido é fundamental importância que conteúdos e disciplinas voltadas a uma abordagem sobre Educação Financeira, sejam inseridos no ensino dos alunos, em especial aqueles que atravessam a fase da adolescência, pois estes são propensos a serem mais vulneráveis às chamadas “imposições do mercado”.

Conclusão

A facilidade de acesso aos serviços de crédito no sistema econômico brasileiro, principalmente para os indivíduos de baixa renda, eleva-se a cada ano, mas esse fenômeno não torna os indivíduos mais ricos, pelo contrário, tende a elevar a inadimplência no país e ao conseqüente empobrecimento da sociedade. A causa deste analfabetismo financeiro deve-se à tendência do indivíduo ao consumo imediato, sem planejamento e da sua dificuldade de fazer contas de forma projetada. Diante disso, constata-se, portanto, que a Educação Financeira estudada desde a educação básica possibilita disponibilizar a informação necessária, para que em futuro breve os consumidores obtenham não somente lucidez e equilíbrio no trato do orçamento familiar, mas também expedientes que impliquem em sua independência financeira. Portanto, quanto antes for ensinado e aprendido como pôr em prática

ensinamentos financeiros, mais consumidores obterão instrumentos que lhes permitam analisar racionalmente a renda obtida.

REFERÊNCIAS

KERN, Denise Teresinha Brandão. **Uma Reflexão sobre a Importância de Inclusão de Educação Financeira na Escola Pública**. Dissertação: Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas – PPGECE. Lajeado: Centro Universitário Univates, 2009.

LIMA, Cyntia Costa & AYALA, Cecilio Arnaldo Rivas. **O problema da sociedade de consumo na sociedade de risco e a alternativa pela via da sustentabilidade**. In.: I Congresso Nacional de Direito Econômico, Socioambiental e Democracia. Universitas – PUC/PR – 2012.

MUNIZ, Ivail Junior. **Educação Financeira: Conceitos e Contextos para o Ensino Médio**. In: X Encontro Nacional de Educação Matemática – X ENEM, 2010, Salvador. X ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2010.

NAZARIO, Patrícia; ORTIGARA, Diogo; STELA, Eder Rogério & FERREIRA, Marcelo. **Educação Financeira: um estudo aplicado ao ensino médio da rede pública do município de Luiziana/PR**. In: VI EPCT - Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Paraná – 2011.

SANT'ANNA, André Albuquerque; BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues & ARAÚJO, Pedro Quaresma. **Mercado de Crédito no Brasil: Evolução Recente e o Papel do BNDES (2004-2008)**. In.: Ensaios sobre Economia Financeira. BNDES, Rio de Janeiro – 2009.

SERASA. **Inadimplência anual do consumidor registra a primeira queda em 14 anos**. Disponível em: < www.noticias.serasaexperian.com.br> Acesso em: 10/11/2014.

Serviço de Proteção ao Crédito. **Compra por impulso atinge 85% dos consumidores**. Disponível em: <www.spcbrasil.org.br> Acesso em 19/11/2014.

SOARES, Sergei; RIBAS, Rafael Perez & SOARES, Fabio Veras. **Focalização e Cobertura do Programa Bolsa Família: qual o significado dos 11 milhões de famílias?**. In.: XXXVI Encontro Nacional de Economia – ANPEC. Niterói/RJ – 2008.

STEPHANI, Marcos. **Educação financeira**: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno. 2005. Dissertação (Mestrado em Pós Graduação em Ciências e Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.